ARROZ

A produção de arroz no Nordeste está concentrada no Maranhão, por motivos históricos e pela favorabilidade das condições edafoclimáticas. As lavouras padecem de séria falta de infra-estrutura, que torna imprevisível o resultado da safra maranhense.

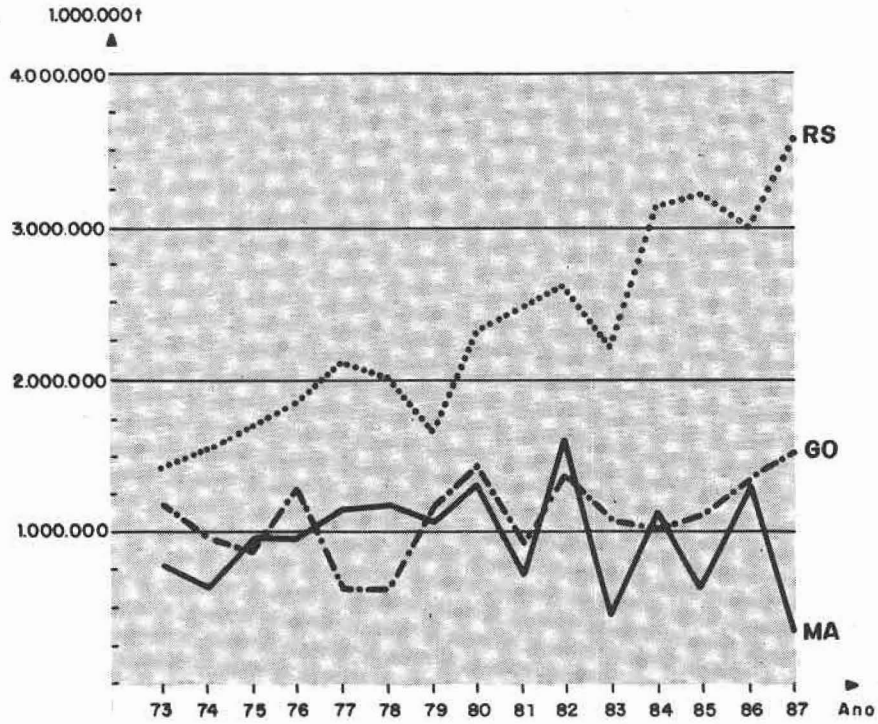
O cultivo do arroz é, entre as atividades agrícolas brasileiras, uma das que apresentam maior dicotomia. O **Programa Nacional de Pesquisa de Arroz**, lançado pela **Embrapa** há alguns anos, classifica a produção arrozeira em quatro sistemas de produção: o de terras baixas com irrigação controlada; o de terras baixas com irrigação não controlada; o de terras baixas sem irrigação e terras firmes sem irrigação; ou plantio **de sequeiro.**

Estes dois últimos são responsáveis por mais de 60% da produção, já que, apenas na região Sul, notadamente nos arrozais gaúchos, a tecnologia de irrigação está desenvolvida.

O abastecimento fica, portanto, extremamente dependente das variações climáticas. O Gráfico 05 apresenta a evolução da colheita nos três principais estados produtores (Rio Grande do Sul, Goiás e Maranhão), podendo-se observar o comportamento errático das produções goiana e maranhense, em que são majoritárias as plantações de **sequeiro.**

A distribuição da produção entre as regiões é apresentada no Gráfico 06. O Nordeste ocupa o terceiro lugar, com 20% da safra total. Lá, os arrozais maranhenses respondem, normalmente, por mais da metade da produção (ver Quadro 06), destoando sobremaneira dos demais estados, no que se refere à extensão da área plantada. A tradição cultural secular e as condições favoráveis à lavoura, na região chamada **Pré-Amazônia** maranhense, são responsáveis pela importância da produção. O estudo **"Relações de Produção e Emprego na Agricultura do Nordeste"**[1], conclui que o "incremento líquido da população rural no Norte Maranhense, entre 1950 e 1970, representou cerca de 30% de todo o incremento da população rural nordestina no mesmo período". No Norte do estado, o plantio se efetua um pouco mais tardiamente e a colheita é manual. Aliás, em anos recentes, a agricultura maranhense vem-se ressentindo da falta de braços, em determinadas épocas, já que

GRÁFICO 05 – ARROZ EM CASCA – PRODUÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, GOIÁS E MARANHÃO – 1973 A 1987 – (milhões de t)



FONTE – IBGE.

1 **Carneiro, Ricardo** – in **Revista de Economia Política, vol. 2, nº 5,** janeiro-março de 1982;

os garimpos amazônicos tornaram-se muito atraentes.

A inconstância da oferta de arroz do Maranhão acarreta problemas freqüentes no abastecimento nordestino. O maior rendimento físico médio das plantações do estado, nos últimos dez anos, foi, de acordo com o **IBGE**, o obtido na safra 1986/77: 1.510 kg/ha, abaixo da média do país. O menor rendimento foi o da safra 1982/83: 596 kg/ha.

Em verdade, há dificuldades até mesmo para a determinação da produção real, pois, em sua maior parte, as lavouras são itinerantes e voltadas para a subsistência do agricultor e sua família. Contudo, dos cultivos regionais (arroz, feijão, mandioca e milho), o único a ter expressão comercial é o do arroz[2]. A configuração dos produtores rurais (80% são mini e pequenos) dificulta a modernização da atividade (apenas 15% das plantações empregam mecanização), embora haja projetos de lavouras mecanizadas sendo implantados, há alguns anos, no Sul do Estado, geralmente em propriedades de gaúchos.

Há grande número de posseiros, o que obriga a exigência de uma "carta de anuência" do proprietário, para a concessão de crédito pra o custeio das lavouras. Não é fácil a obtenção deste documento. Estima-se que apenas 10% dos agricultores utilizam crédito bancário, correspondendo, porém, à totalidade dos financiamentos do **Banco do Brasil**. Cabe registrar que, praticamente, não há cultivos temporários concorrentes em área e a rede bancária, quando do exame do pedido de financiamento, usualmente recomenda a permanência na atividade, temerosa do risco do desconhecimento de novas lavouras, como a de soja, incipiente no estado.

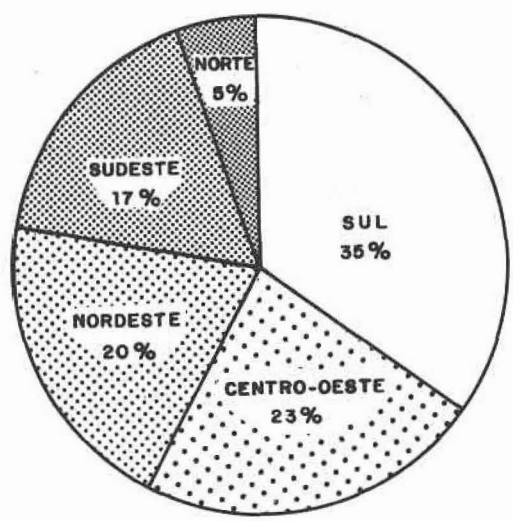
A precariedade das lavouras pode ser expressa pelos dados do **Censo Agropecuário** de 1980:

a) No âmbito da produção agrícola: 70% da área de cultivo são dedicados ao plantio associado com outras culturas (no Rio Grande do Sul, o cultivo simples, sem consorciamento, corresponde a 99% da área, o que denota a extrema especialização do agricultor);
b) no âmbito da comercialização: 70% da produção são entregues a intermediários, 16% são consumidos no próprio estabelecimento 10% são entregues a maquinistas e somente 2% são entregues a cooperativas.

Registra-se que as características do cultivo de subsistência (quase ausência de tratos culturais, emprego da mão-de-obra familiar), permite que os agricultores vendam sua produção por preços baixos, fora da realidade das lavouras conduzidas de forma empresarial. Evidentemente, os ganhos da intermediação são grandes.

Em trabalho publicado pela **Delegacia** do **IBGE** no Maranhão (**"O Arroz no Maranhão"**, de **Francisco Otávio Cunha Pires**), pode-se ler: "O rádio de pilha, quase sempre a única fonte de contato com o mundo exterior, oferece-lhe (ao agricultor) a cotação do produto no mercado. O primeiro atravessador, porém, apresenta sempre razões para adquirir o cereal por um preço menor do que o estipulado. Os primeiros elos na cadeia de comercialização normalmente são os quitandeiros – donos de mercearias e bodegas – pequenos comerciantes, também produtores, de condições financeiras mais ou menos definidas e que abastecem o caboclo de armas, munições, quero-

GRÁFICO 06 – ARROZ EM CASCA – PARTICIPAÇÃO DAS REGIÕES NO TOTAL DA PRODUÇÃO BRASILEIRA – SAFRA 1985/86[1]



FONTE – IBGE.

[1] Última safra em que o Maranhão colheu bem.

2 " A sua venda permite obter algumas mercadorias básicas (sal, fósforo, querosene) que são indispensáveis à reprodução do núcleo (familiar). A vinculação com o mercado é realizada através de pequeno comerciante, na figura do "quitandeiro" ou "bodegueiro". Este adianta aos pequenos lavradores as mercadorias de que necessitam, obtendo a safra de arroz como garantia de seus adiantamentos. É óbvio que parte do excedente produzido pelo produtor é apropriada pelo comerciante, que tem o papel de concentrar uma produção dispersa, canalizando-a para os centros urbanos". op. cit.

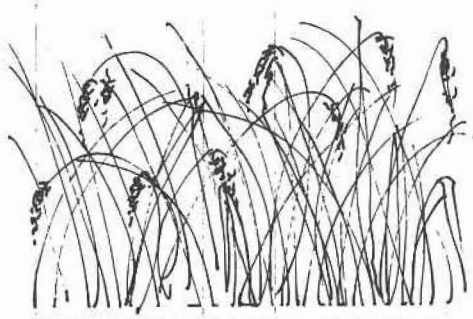
QUADRO 06 - ARROZ PRODUÇÃO DA REGIÃO NORDESTE – 1977-87 (em t)

UF	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987[1]
MA	1.137.609	1.142.704	1.070.190	1.281.316	721.966	1.576.518	430.939	1.145.223	622.877	1.291.982	595.829
PI	177.178	144.964	119.429	76.807	87.612	213.103	53.763	200.057	266.807	387.936	162.496
CE	84.000	67.200	49.548	18.000	30.600	65.491	30.077	82.597	89.420	153.446	114.269
RN	9.012	6.212	1.112	878	2.038	1.782	1.335	8.731	8.592	12.736	2.328
PB	13.852	8.295	10.735	7.221	7.993	7.666	3.607	13.261	14.871	21.597	17.642
PE	6.803	5.685	5.320	5.406	10.207	14.910	10.709	15.688	20.041	36.087	30.148
AL	13.398	14.133	13.323	14.680	13.103	15.537	11.368	13.632	18.096	26.261	21.689
SE	18.831	21.706	25.437	19.030	16.180	24.758	22.734	25.625	29.087	29.420	32.631
BA	32.400	33.600	48.620	60.200	40.250	57.280	58.508	30.338	66.513	108.489	52.174
NE	1.493.083	1.444.499	1.343.714	1.483.538	929.949	1.977.045	623.040	1.535.152	1.136.304	2.067.954	1.029.206

FONTE – IBGE.
[1]Estimativa de novembro.

sene, fumo, sal, gêneros de primeira necessidade, quando estes se encontram em falta etc... São também o principal financiador do produtor sem terra, que lhes vende a produção **na folha**, em troca dos produtos acima mencionados. Uma relação de troca nestes moldes só pode onerar o já escasso orçamento do lavrador. A venda **na folha** acontece normalmente quando o arroz já se encontra plantado, havendo condição de se estimar a produção. A necessidade de recursos financeiros para custear os tratos culturais obriga o caboclo a procurar um financiador. Os bancos oficiais se localizam nas cidades mais representativas da região e exigem, como principal documento, o título da terra, sendo poucos os que o possuem. A distância, a ignorância e a falta do documento de posse conduzem o lavrador ao financiador mais próximo, o bodegueiro. Os dois correm um risco calculado; o primeiro, pelo preço escorchante cobrado pela mercadoria fornecida e pelo preço baixo dado ao produtor. O segundo, pela possível **retirada** do caboclo para outras plagas, sem a necessária cobertura do débito. O preço do produto é estipulado pelo da safra anterior e o quitandeiro adquire a futura produção por um preço que, muitas vezes, corresponde à metade do obtido no final da safra".

No momento, deveria estar começando o plantio da nova safra. Contudo, verifica-se grande atraso no Sul, nas regiões de Balsas e Imperatriz, pois não choveu em novembro e dezembro. Naquelas áreas, segundo



a **CFP**, está ocorrendo a chegada de novos colonos provenientes do Sul do país, o que propicia melhor ocupação da terra.

A primeira previsão do **GCEA** para o plantio de 1987/88 é de área plantada de 951,2 mil ha, com rendimento de 1.446 kg/ha e produção de 1,375 milhão de t. Haverá, portanto, pequena redução do plantio, que cobriu 994,71 mil ha, em 1986/87. Convém registrar que a safra passada apresentou baixo desempenho: esperava-se que produzisse 1,4 milhão de t, mas só se colheram 595,8 mil t. Chuvas no período **errado**, na época de **queimadas** (outubro e novembro), impediram que se concluísse esta operação. Houve replantio em dezembro e janeiro, porém não teve êxito e os que plantaram mais tarde não foram bem sucedidos.

Apesar da frustração, o abastecimento nordestino não foi prejudicado, por ter a **CFP** efetuado vendas do produto adquirido na grande safra anterior (1986/87), entre os meses de outubro e dezembro.

Embora o plantio maranhense não dê sinais de pronta retomada, pois não chove, a permanência de estoques elevados em poder do governo federal impede que haja maiores preocupações quanto à situação do mercado, em 1988. Caso as safras dos demais estados evoluam normalmente, é até possível que sejam autorizadas exportações, já que a próxima colheita se afigura abundante, não deverá haver crescimento da demanda, tendo em vista o achatamento salarial, o governo não mostra interesse em voltar a comprar muito arroz e há problemas com as lavouras asiáticas, o que talvez abra mercado ao produto brasileiro, no exterior.

As condições edafoclimáticas favoráveis são uma ótima base sobre a qual se poderia constituir sólida produção arrozeira no Maranhão. Em quase todo o Nordeste, há pequenas lavouras de arroz irrigado, que não chegam a ter peso na produção total. No Maranhão, contudo, a irrigação tem-se desenvolvido paulatinamente e há apreciável consumo local. Sua configuração de atividade de subsistência, porém, prosseguirá por muito tempo e, caso não seja mantida a recente recuperação pelo arroz de terras anteriormente cedidas à soja, no Centro-Oeste, a produção maranhense continuará importante para o abastecimento regional, sujeitando-a aos riscos de sua vulnerabilidade.